GT 037. Etnografias sobre a financeirização do agronegócio no Brasil: efeitos, disputas e comparações

## Anna Catarina Morawska Vianna (UFSCar) - Coordenador/a, Luciana Schleder Almeida (UNILAB) - Coordenador/a Este grupo de trabalho tem como intuito propor um

debate sobre a financeiriza?āo do agroneg?cio no Brasil por meio de etnografias que explorem a imbrica??o de elementos t?cnicos e morais que marcam a chamada ?sociedade do agroneg?cio? (Heredia, Palmeira, Leite 2010). São bem vindas reflex?es baseadas em trabalho etnogr?fico que proponham, por exemplo, compara?es entre o agroneg?cio para exporta??o e redes de troca de produtos n?o financeirizados, como ? o caso de sementes crioulas e produtos agroecol?gicos; descri?es de alian?as entre t?cnicos, ?rg?os de pesquisa e produtores em torno de saberes e tecnologias que visam o aumento da produ??o e circula??o de produtos; estrat?gias discursivas que esses agentes mobilizam para legitimar a expans?o do agroneg?cio; etnografias sobre leil?es e mercados agropecu?rios que joguem luz sobre no?es correntes de economia e mercados; an?lises sobre as distintas temporalidades implicadas no ?dentro? e ?fora? da porteira, assim como em mercados f?sicos e futuros. Pretende-se, deste modo, reunir tanto pesquisadores que t?m como foco central quest?es pr?prias da antropologia da economia, assim como aqueles que as tangenciam tendo em vista os processos de expropria??o e conflito que seus interlocutores de pesquisa v?m enfrentando no meio rural brasileiro.

## A Finaceirização do Projeto Jaíba e as Terras Tradicionalmente Ocupadas no Médio São Francisco

**Autoria:** Felisa Cancado Anaya, Ana Paula G. Thé Cláudia Luz de Oliveira Elisa Cotta de Araújo Luciana Maria Monteiro Ribeiro Carlos Alberto Dayrell

A financeirização de grandes empreendimentos do agronegócio, na bacia média do rio São Francisco, Norte de Minas Gerais, foi impulsionada e vem se consolidando pela implementação de políticas públicas de desenvolvimento econômico e ambiental, em âmbito estadual e federal. As ações de planejamento e desenvolvimento econômico do Estado brasileiro na porção mineira da bacia hidrográfica do São Francisco, foram realizadas através dos incentivos fiscais da SUDENE, na década de 1970, em articulação com a CODEVASF. Como consequência dessa articulação houve a transformação da dinâmica econômica da região que passou a ser estruturada, a partir da financeirização de programas baseados em dois eixos: a agropecuária e grandes projetos de irrigação. Este work tem como objetivo descrever o processo de transformação deste espaço social disputado pelo agronegócio, unidades de conservação e povos e comunidades tradicionais, realizada através da financeirização do segmento empresarial/rural e com a participação do Estado, bem como trazer os processos de resistências dos grupos etnicamente diferenciados que foram confinados em áreas da União e têm seus territórios sobrepostos por unidades de conservação compensatórias ao projeto de fruticultura irrigada Jaíba. A metodologia utilizada foi levantamento bibliográfico e documental, work de campo e etnografia de eventos sociais. Como resultado observa-se que, neste contexto, o Projeto de Fruticultura Irrigada Jaíba, localizado nos municípios de Jaíba e Matias Cardoso, vinculou o Norte de Minas Gerais ao mercado externo efetivando e alterando suas dinâmicas sociais, suas características ambientais e a lógica produtiva vigente do lugar. Sua consolidação em consonância com as políticas públicas ambientais, baseadas no paradigma da modernização ecológica, apresentam o caráter funcional das unidades de conservação para a expansão do agronegócio na região e a intensificação de um processo de expropriação de grupos etnicamente diferenciados, que ficaram confinados às margens do rio São Francisco. A apropriação privada e ilícita pelo agronegócio das áreas da União que integram terras tradicionalmente ocupadas, têm sido atualmente cenário da intensificação de conflitos ambientais e

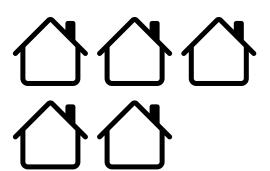


territoriais. Assim, os efeitos sociais e ambientais destes grandes empreendimentos nas áreas de proteção permanente do rio São Francisco, vem consolidando na região um quadro intenso de concentração de renda e de terra, degradação dos recursos hídricos e florestais e racismo ambiental.

Realização:



Apoio:



Organização:

